

Por uma tolerância “Virtuosamente” Ativa: Desafios à Ética Teológica

Ronaldo Zacharias¹

Resumo: A intensificação mundial da intolerância constitui uma ameaça universal, e o enfrentamento dela, uma questão inevitável. O presente artigo aborda o significado da tolerância, suas características e seus limites e, à luz da ética de Jesus, evidencia que a tolerância pode ser virtuosa e propõe alguns desafios ético-morais para que esta não resulte vítima das ambiguidades por vezes a ela atribuída.

Palavras-chave: tolerância ativa; Tolerância virtuosa; Intolerância; Solidariedade.

Abstract: The worldwide intensification of intolerance is a universal threat and confronting this phenomenon is an inevitable challenge. This article discusses the meaning of tolerance, its characteristics and its limits and, in the light of the ethics of Jesus, it shows that tolerance can be a moral virtue and proposes some ethical-moral challenges so that virtuous tolerance does not result in moral ambiguity in situations threatened by a lack of solidarity and violations of human rights and dignity.

Keywords: active tolerance; Virtuous tolerance; Intolerance; Solidarity

1. Ronaldo Zacharias tem Pós-Doutorado em Democracia e Direitos Humanos (Universidade de Coimbra – *Ius Gentium Conimbrigae*/Centro de Direitos Humanos – Coimbra/Portugal), é Doutor em Teologia Moral (Weston Jesuit School of Theology – Cambridge/USA), Secretário da Sociedade Brasileira de Teologia Moral (SBTM) e Presbítero salesiano.

Introdução

Vivemos num contexto de múltiplas expressões fundamentalistas. Passou a fazer parte do dia a dia a convivência com pessoas que não têm receio de se autoproclamar inimigas da pluralidade e da diversidade, detentoras exclusivas do saber e da verdade.

Infelizmente, tais pessoas, porque intolerantes, não conseguem conceber que é possível a unidade na pluralidade e diversidade; não conseguem respeitar o conhecimento e a verdade do outro. O outro, já desprezado por pensar de modo diferente, passa a ser agredido e, se preciso for, alguém a ser eliminado.

Quando a intolerância é revestida com o manto do sagrado, as pessoas intolerantes servem-se até mesmo do nome de Deus para rejeitar a historicidade da verdade e, conseqüentemente, qualquer hermenêutica. Tornam-se agressivas e violentas, pois, para não correrem o risco de relativizar as próprias convicções, dão-se o direito de ameaçar, perseguir, punir e eliminar os que, segundo elas, corrompem a verdade. Julgam-se superiores às demais pessoas, pois não apenas detêm a verdade, mas a capacidade de interpretação da vontade de Deus e, portanto, a autoridade para impor-se e controlar os que erram. São incapazes de dialogar, porque os outros, por serem infiéis, são automaticamente convertidos em inimigos a serem demonizados e combatidos. A intolerância, ao alimentar-se de um discurso de ódio, gera violência e morte.

É no contexto de explosão da intolerância em tantas partes do mundo, que proponho a reflexão que segue. Num primeiro momento, tratarei do significado da tolerância, suas características e seus limites. Em seguida, à luz da proposta evangélica, procurarei evidenciar porque a tolerância deve ser virtuosa. Por fim, apresentarei alguns desafios ético-morais para que a virtude da tolerância não seja vítima das ambigüidades por vezes a ela atribuídas.

1. A tolerância

A revolução tecnológica das últimas décadas transformou o mundo numa pequena aldeia e nos fez tomar consciência de que não há mais distância insuperável, assim como não há mais informação inacessível.

Embora o mundo tenha se transformado numa pequena aldeia, nem todos vivem e pensam da mesma forma ou acreditam nas mesmas coisas. Transitando por essa pequena aldeia nos encontramos com outras culturas, com modos diferentes de ser e viver, mas todos eles significativos para um determinado contingente de pessoas. O encontro entre culturas nos faz compreender que todos os modos de ser e de viver são relativos. Não existe um melhor do que outro. Não são apenas diferentes, mas, muitas vezes, até opostos e, nem por isso, menos significativos.

Admitir a relatividade de um modo de ser e viver implica reconhecer, por um lado, o pluralismo com o qual conviver e os conflitos e as tensões que dele derivam. Impõe-se um espírito de tolerância para viver num contexto que é plural, assim como impõe-se combater o risco permanente da intolerância. Como afirmam Bernhard Häring e Valentino Salvoldi, “o pluralismo pressupõe uma cultura em que cada grupo queira ‘aprender a desaprender’, em que todos tenham fome de conhecer melhor a si mesmos e também aos outros, de maneira que, mediante o esforço comum, se possa chegar a um conhecimento mais profundo e mais abrangente da verdade”².

Em 1995, os Estados Membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunidos em Paris, em virtude da 28ª reunião da Conferência Geral, aprovaram a *Declaração de Princípios sobre a Tolerância* como expressão concreta da decisão de promover a tolerância e combater a intolerância, cientes de que tal decisão é condição necessária para a paz. Devido à riqueza de significado atribuído ao termo, vale a pena reproduzi-lo aqui:

2. Bernhard HÄRING; Valentino SALVOLDI, *Tolerância - Por uma ética de solidariedade e de paz*, 1995, p. 39.

Artigo 1º - Significado da tolerância

1.1 A tolerância é o respeito, a aceitação e a apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz;

1.2 A tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro. Em nenhum caso a tolerância poderia ser invocada para justificar lesões a esses valores fundamentais. A tolerância deve ser praticada pelos indivíduos, pelos grupos e pelo Estado;

1.3 A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito. Implica a rejeição do dogmatismo e do absolutismo e fortalece as normas enunciadas nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos;

1.4 Em consonância ao respeito dos direitos humanos, praticar a tolerância não significa tolerar a injustiça social, nem renunciar às próprias convicções, nem fazer concessões a respeito. A prática da tolerância significa que toda pessoa tem a livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade. Significa aceitar o fato de que os seres humanos, que se caracterizam naturalmente pela diversidade de seu aspecto físico, de sua situação, de seu modo de expressar-se, de seus comportamentos e de seus valores, têm o direito de viver em paz e de ser tais como são. Significa também que ninguém deve impor suas opiniões a outrem³.

3. UNESCO, *Declaração de princípios sobre a tolerância (online)*, Paris, 1995, disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131524>>, acesso em: 10 de setembro 2019. Daqui em diante = DPT.

A tolerância, quando ativa – é este o significado com o qual a ONU trabalha – é expressão de respeito ao outro e lucidez diante da realidade. O outro, mesmo quando pensa de forma diferente, é digno de respeito, porque a verdade não é monopólio de ninguém. A realidade é de uma riqueza tão multifacetada que seria muita presunção acreditar conhecê-la na sua complexidade e globalidade. Paulo Freire tem razão quando afirma que “a algo que me parece fundamental e até prévio a qualquer indignação em torno da tolerância é que ela é uma instância da existência humana”⁴.

No entanto, a tolerância pode ser definida também como passiva. Tolerância passiva é “a atitude de quem aceita a coexistência com o outro não porque o deseje, mas porque não o consegue evitar”⁵. Nesse sentido, ela se opõe à tolerância ativa que, sinteticamente, pode ser definida como “a atitude de quem positivamente convive com o outro porque tem respeito por ele e aceita a riqueza multifacetada da realidade”⁶.

Há diversas razões que podem justificar a tolerância passiva, já que o outro não pode ser eliminado nem excluído da convivência humana: julgá-lo inferior a si mesmo e, portanto, desprovido de valor; julgá-lo superior a si mesmo e, portanto, impossível de combatê-lo; considerar-se politicamente correto e, portanto, revestir-se de uma pseudo-aceitação do outro; considerar-se temeroso de reações adversas e, portanto, optar por um mecanismo de autodefesa.

As quatro razões aqui apresentadas, longe de serem exaustivas, dão uma ideia do problema que é ser passivamente tolerante. Se o outro é inferior, não há o que aprender com ele e, muito menos, razão que justifique aproximar-se dele. Se o outro é superior, não há o que esperar dele e, muito menos, oferecer a ele. Se a preocupação é com o politicamente correto, não há por que se preocupar com a verdade numa relação e, muito menos, com a veracidade do que é dito. Se a preocupação é com a defesa da própria imagem, não há por que se preocupar

4. Paulo FREIRE, *Pedagogia da tolerância*, 2014, p. 26.

5. Leonardo BOFF, *Virtudes para um outro mundo possível*, 2006, p. 81.

6. *Idem*, p. 82-83.

com autonomia e autenticidade e, muito menos, com coerência entre ser e viver.

A tolerância passiva constitui empobrecimento das relações e uma ameaça à sociedade porque leva à indiferença em relação ao outro, à verdade e à eticidade das relações. Justamente porque a tolerância passiva suporta o outro e o que se refere a ele, há quem prefira falar de consenso e não de tolerância. O consenso põe em relevo a dimensão nocional do que está em jogo ou em confronto, e “supera, muitas vezes ignorando-a, a dificuldade do outro de consentir, partilhar o estatuto epistêmico sobre o qual se deveria confrontar”⁷. É muito perigosa esta visão, porque há decisões que o consenso pode ter diversas motivações, inclusive antiéticas. Há muitas controvérsias que resultam de dissensos morais radicais e, por isso, o consenso não basta para resolver os conflitos que deles derivam⁸. A tolerância, mesmo com toda sua ambiguidade, ainda constitui um desafio.

É possível, portanto, conviver mesmo num contexto cheio de tensões e contradições? O fato de a resposta ser positiva não anula a dificuldade de tal convivência. A resposta pode ser positiva porque existe um direito e um dever de assegurar que as diferenças façam parte da convivência entre os seres humanos. Direito porque todos querem ser respeitados em relação ao que pensam e acreditam. Dever porque isso só será possível se cada um se colocar na condição de fazer ao outro o que gostaria que fosse feito a si mesmo.

Como afirma Leonardo Boff, “a tolerância é antes de mais nada uma exigência ética”⁹. Não existe convivência pacífica se todos não sentirem de fato incluídos na sociedade, independentemente do modo de ser, pensar e viver de cada um, desde que este não constitua um atentado contra a dignidade humana e os direitos fundamentais do humano. Como afirma a Declaração da ONU: “Sem tolerância não pode haver

7. Raffaella DE FRANCO, *Tolleranza*, 2018, p. 2159.

8. Basta considerar, por exemplo, a intervenção da ciência médica sobre a existência. Ver: *Idem*, p. 2159.

9. Leonardo BOFF, *op. cit.*, p. 84.

paz e sem paz não pode haver nem desenvolvimento nem democracia”¹⁰.

Além disso, embora todos busquem a verdade, ninguém a possui plenamente. Mais ainda, cada um se aproxima da verdade a partir da própria condição e realidade. A lei da gradualidade vale aqui como princípio: mesmo admitindo a existência de uma única verdade sobre o humano – por exemplo, o humano é um ser frágil, imperfeito, limitado, vulnerável que busca até o fim da vida ser feliz e se realizar como pessoa –, a compreensão dessa realidade e, conseqüentemente, de tudo o que dela deriva, é gradativa e limitada pela própria capacidade de conhecimento, maturidade, experiências e relações. A busca da verdade exige tolerância recíproca. Isso não significa que todos devem estar de acordo sobre tudo.

A tolerância, como exigência ética, implica a busca da unidade na diversidade. Sem abertura ao pluralismo, não há como respeitar o outro na sua diversidade e buscar a unidade na sociedade e, por isso, ela é também “a virtude axial das sociedades pluralistas e democráticas”¹¹. No contexto em que vivemos, o pluralismo não é opcional, mas um dado de fato. Ele existe! Como afirma Raffaella De Franco, “se o pluralismo é a soberana virtude (não o pecado original) da sociedade do século XXI, o princípio de tolerância é o seu imperativo categórico”¹². O respeito às diferenças é condição fundamental para a boa convivência e para que as relações sejam efetivamente respeitadas. Sem relações respeitadas não é possível convivência justa e solidária. Por isso, toda forma de intolerância deve ser combatida, pois além do direito de ser diferente – próprio de todos os indivíduos e de todos os grupos –, a “intolerância pode ter a forma da marginalização dos grupos vulneráveis e de sua exclusão de toda participação na vida social e política e também a da violência e da discriminação contra os mesmos”¹³.

10. DPT, Art. 2º, 2.3.

11. Leonardo BOFF, *op. cit.*, p. 86.

12. Rafaella DE FRANCO, *op. cit.*, p. 2158.

13. DPT, Art. 2º, 2.4.

Como compreender a unidade da sociedade? Para evitar compreensões indevidas, cabe assinalar que a unidade consiste no fato de que todos, porque cidadãos, têm os mesmos direitos, devem ser tratados com igual respeito e são iguais perante a lei. É por isso que “a tolerância é fundamentalmente a virtude que subjaz à democracia”¹⁴.

A diversidade da sociedade implica pluralidade de compreensões e ideologias e, portanto, capacidade de diálogo quando for necessário buscar convergências e equacionar conflitos. Esse é o caminho de construção da unidade. Boff tem razão quando afirma que “a tolerância representa uma pedagogia universal”¹⁵. Quando, por meio do diálogo, as pessoas e as nações procuram se entender, elas estão admitindo que, por meio da razão, é possível descobrir o que humaniza ou desumaniza, constrói ou destrói, une ou divide. O diálogo não anula as diferenças; ele apenas indica que “as razões de acolhê-las e de mutuamente se fecundarem se tornaram maiores e mais transparentes”¹⁶.

O fato de a tolerância ser uma *exigência ética*, a *virtude axial* das sociedades pluralistas e democráticas e uma *pedagogia universal*, não significa que ela não tenha limites. Boff, para exemplificar que a tolerância sem limites pode significar “cumplicidade e leniência com o crime, omissão culposa, comodismo ou insensibilidade social e ética”¹⁷, aponta três limites que considera de suma importância: “o sofrimento do outro”, “a violação da dignidade e humilhação sistemática” do outro e a “agressão à natureza”¹⁸. Impor sofrimento injustificado ao outro não é direito de ninguém. Atentar contra os direitos fundamentais do outro não é direito de ninguém. Destruir a “casa comum” não é direito de ninguém. Portanto, impõe-se a intolerância – entendida como oposição à cumplicidade e leniência com o crime, com a omissão culposa, com o comodismo – quando está em jogo

14. Leonardo BOFF, *op. cit.*, p. 86.

15. *Idem*, p. 87.

16. *Idem*, p. 88.

17. *Idem*, p. 89. Das páginas 89-91, o autor apresenta alguns exemplos para justificar a importância de a tolerância ter limites.

18. *Idem*, p. 91-92.

o bem das pessoas e da natureza. Tem razão Roseli Fischmann quando afirma: “falar em respeito é falar de como é inaceitável a miséria, a injustiça da desigualdade, que não se confunde com a diversidade. Por isso, falar de tolerância é falar também do intolerável: a violação de direitos, a injustiça, a desigualdade, as muitas faces da violência”¹⁹. Vale para a intolerância os mesmos limites da tolerância.

Em relação à pessoa intolerante, é preciso reconhecer que ela também tem direito de se expressar. Direito este que também tem seu limite, isto é, o de não fazer ao outro o que não gostaria que fosse feito a si mesmo²⁰.

2. A tolerância virtuosa

Sarah Conrad Sours parece ter razão quando afirma que “na Bíblia, o pluralismo religioso não é um bem; nem a sua aceitação, uma virtude”²¹. Jesus teve de lidar com essa realidade. Respeitar as diferenças e ser tolerante não fazia parte do horizonte da cultura judaica ortodoxa. Mesmo assim, Jesus rompeu com qualquer tipo de preconceito ao viver um amor incondicional pelos seus e ao propor o mesmo aos seus seguidores. Amar como Ele amou, na prática, significava optar pelo amor inclusivo, que transcende toda discriminação, exclusão, divisão, condenação.

19. Roseli FISCHMANN, “Educação, direitos humanos, tolerância e paz”, in *Paidéia* 11/20 (2001), p. 70.

20. Leonardo BOFF, *op. cit.*, p. 93. Para quem tem receio de que a tolerância possa levar à barbárie, valem as considerações feitas por Fischmann: “Contudo, entre as incompreensões que sofre o conceito, encontra-se a de que a tolerância tenderia a gerar uma sociedade que permitiria a expansão da própria barbárie, em nome do respeito à diferença. Ora, não pode haver equívoco maior. A tolerância ‘não é concessão, condescendência, indulgência’, afirma a Declaração, e praticá-la ‘não significa tolerar a injustiça social, nem renunciar às próprias convicções, nem fazer concessões a respeito’”. Roseli FISCHMANN, *op. cit.*, p. 71.

21. Sarah Conrad SOURS, *Tolerance*, 2011, p. 787. Ver a interessante síntese bíblica proposta por Bernard HÄRING; Valentino SALVOLDI, *op. cit.*, p. 53-64.

Mais do que buscar nas narrativas evangélicas palavras de Jesus a favor da tolerância, devemos nos inspirar no seu agir, que, por sua vez, inspirava-se no agir do próprio Deus. Jesus “não anunciou um novo *ethos*, mas algo muito mais significativo: um novo horizonte de autocompreensão do próprio sujeito agente cristão ou, em outras palavras, uma capacitação das potencialidades do próprio agir humano”²². Por isso, o seguimento a Jesus consiste em deixar-se guiar pelo Espírito no esforço de inspirar-se no próprio agir de Deus, a fim de, conformando-nos à sensibilidade do Filho, possamos ser para as pessoas sinal e expressão do amor misericordioso do Pai.

Um aspecto não suficientemente tomado em consideração para se entender a especificidade do anúncio de Jesus é a relação da sua pregação com a pregação do seu precursor, João Batista²³. Enquanto João anuncia a necessidade da conversão para se escapar da ira de Deus, Jesus anuncia a conversão como consequência prática do amor de Deus que irrompe na vida da pessoa. Para João Batista, a ameaça do juízo de Deus é que deve provocar o arrependimento e levar a pessoa a fazer penitência, enquanto espera que Deus manifeste a sua ira. Para Jesus, Deus já tinha se manifestado por meio dEle, estava presente no mundo na pessoa dEle e, portanto, o arrependimento e a mudança de vida eram uma nova possibilidade oferecida ao ser humano unicamente por amor. Para João, a conversão era um dever. Para Jesus, uma opção que resultava da experiência de um encontro transformador. Enquanto João anuncia o juízo de Deus como realidade futura, Jesus anuncia o Reino de Deus como realidade presente. Se para João o tempo de espera era importante na preparação para o futuro que haveria de chegar, para Jesus, o presente é o tempo à disposição para a experiência da salvação de Deus, cuja realidade, assim como o Reino de Deus, só alcançará sua plenitude no final dos tempos. Se a ética de João Batista consistia em armazenar méritos fazendo penitência, a ética de Jesus consistia numa resposta de amor a Deus, presente

22. José Roque JUNGES, *Evento Cristo e ação humana*, 2001, p. 92.

23. Vou assumir, aqui, as reflexões propostas por José R. JUNGES, *op. cit.*, p. 94-97.

e atuante na história (Lc 3, 3-7.16-17; Mc 1,14-15; Mt 4,12-17; Lc 4,16-21).

Em Jesus e por meio dEle, a intervenção salvífica de Deus se manifestou na história. E se manifestou de forma essencialmente libertadora: Ele foi ungido “para anunciar a Boa Nova aos pobres; foi enviado para proclamar a libertação aos presos e, aos cegos, a recuperação da vista; para dar liberdade aos oprimidos e proclamar um ano aceito da parte do Senhor” (Lc 7,17-21). As palavras de Isaías lidas e comentadas por Jesus se concretizaram durante toda a sua vida por meio da opção pelos marginalizados e excluídos. Em outras palavras, as opções e ações de Jesus revelaram o modo como Deus ama. Deixar-se inspirar pelo modo de amar de Deus revelado por Jesus implica fazer as opções que Jesus fez em favor dos pobres, doentes, discriminados, postos à margem como sobrantes da sociedade. Significa ser intolerante em relação a costumes e normas que marginalizam e excluem as pessoas por aquilo que são ou fazem. Significa priorizar o respeito à dignidade do outro e assumi-lo como critério na praticado bem.

Fixando os olhos em Jesus, naquilo que Ele disse e fez, compreendemos a essência do amor de Deus: 1) trata-se de um amor gratuito e incondicional, absoluto dom; 2) trata-se de um amor que torna presente no meio do povo o Reino de Deus, cujo reinado é sempre salvífico, mesmo numa situação de abandono e opressão; 3) trata-se de um amor que deve ser acolhido construtivamente, isto é, um amor que torna presente na história a salvação de Deus²⁴. Amar como Jesus amou significa dispor-se a tornar presente o amor de Deus, manifestado em Jesus, por meio de ações e opções concretas em favor não apenas dos preferidos de Deus, mas conforme os sentimentos do próprio Deus. O amor paciente, compassivo e misericordioso de Deus revelado em Jesus e por Ele nos permite adjetivar a tolerância de virtuosa, se assumida com os mesmos sentimentos de Deus.

Para compreendermos mais profundamente o significado de uma tolerância que se faz “virtuosa”, é importante uma

24. *Idem*, p. 98.

palavra sobre as disposições necessárias àqueles que seguem Jesus, disposições manifestadas pelas bem-aventuranças (Mt 5,3-12)²⁵. Algumas bem-aventuranças estão intimamente relacionadas aos destinatários privilegiados do Reino (pobres, aflitos, famintos, perseguidos). Outras indicam como elas efetivam-se concretamente (justiça e perseguição). Outras, ainda, revelam as condições para que se efetivem concretamente (mansidão, misericórdia, pureza de coração, paz). Mateus procura sintetizar nas bem-aventuranças os valores da ética de Jesus. Por isso, elas também se plasmam “como disposições e valores éticos para o cristão. O confronto com essa prática é, assim, uma exigência permanente para o seguidor de Jesus”²⁶.

No entanto, condição *a priori* para que tais disposições e valores sejam assumidos é o encontro com a pessoa de Jesus. A adesão à Sua pessoa e ao Seu projeto é resultado da certeza de ser Ele a resposta de amor de Deus aos seus filhos e filhas. Encontrar-se com Jesus significa deixar-se seduzir pelo Seu ser e pelo Seu agir e assumir o Seu modo de fazer-se carne, portanto, a Sua prática, como “chave de hermenêutica existencial” para quem deseja segui-Lo²⁷.

A tolerância ativa virtuosa pode ser o primeiro passo na direção de amar como Deus ama, assim como revelado em Jesus e por meio de Jesus.

3. Desafios ético-morais

Apresentarei, aqui, dois blocos de desafios: para todas as pessoas de boa vontade e para as comunidades cristãs. A divisão é apenas didática porque, em termos de conteúdo, os desafios podem ser universais.

25. Opto, aqui, pelas bem-aventuranças de Mateus, pois o trabalho redacional feito por ele transformou-as em valores éticos, apresentados como disposições interiores, diferentemente da redação de Lucas (6,20-26), muito mais simples e direta.

26. *Idem*, p. 104.

27. *Idem*, p. 118.

3.1 Desafios para as pessoas de boa vontade

Considerando que nem sempre a intolerância consegue alcançar os resultados propostos, convém, no dizer de Bobbio, aceitar a tolerância “como mal menor, ou como mal necessário”²⁸. Trata-se de uma concepção utilitarista de tolerância, já que a reduz a uma questão de cálculo, que nada tem a ver com a verdade. Entendida na perspectiva do mal menor ou necessário, ser tolerante não implica renunciar às próprias convicções, mas reconhecer que é melhor para todos, inclusive para si mesmo, reconhecer “que a verdade tem tudo a ganhar quando suporta o erro alheio”²⁹. Embora esse argumento seja muito elementar, temos de admitir que, politicamente, em muitos casos, ele tem se mostrado eficaz. É mais conveniente combater o erro ou impedir que ele cause danos por meio da tolerância do que da intolerância. Portanto, mesmo que a tolerância não seja um ideal, mesmo assim é preferível aceitá-la como mal menor ou necessário. Trata-se de mera prudência política.

Para Bobbio, a tolerância se justifica também por ser um método universal de convivência civil. Em vez do uso da força ou da coerção, é preferível o método da persuasão. Não se trata, aqui, de suportar sem mais o erro, mas de “uma atitude ativa de confiança na razão ou na razoabilidade do outro”³⁰. Por mais que alguém tenha seus próprios interesses e vise alcançá-los, é possível esperar que, por meio do diálogo, abra-se aos interesses dos outros, já que uma convivência pacífica implica renúncia, de alguma maneira, às próprias ideias. Basta pensar, por exemplo, na diferença entre o regime democrático e o totalitário. O primeiro regime parte do princípio de que a verdade pode ser captada pela razão e não precisa de violência para ser ouvida. O segundo impõe o que considera ser verdade pela força da lei, nem que para isso seja preciso recorrer à violência. Trata-se de mera utilidade social.

28. Norberto BOBBIO, *A era dos direitos*, 1992, p. 206.

29. *Ibidem*.

30. *Idem*, p. 207.

A tolerância é um dever ético, isto é, ela se fundamenta no respeito à pessoa do outro, no “reconhecimento do direito de todo homem a crer de acordo com sua consciência”³¹. Eticamente é preferível que a pessoa seja autônoma, capaz de agir por convicção pessoal e, o mais possível, livre de pressão externa. Ser tolerante não significa outra coisa senão afirmar a liberdade interior como um bem a ser respeitado e promovido. Significa, ainda, reconhecer que todos têm direito de crer e agir de acordo com a própria consciência. Trata-se da afirmação dos direitos de liberdade.

Cabe ao discernimento reconhecer, por um lado, que historicamente a tolerância é “sempre relativa” e, por outro, que tolerância absoluta é “pura abstração”³². Muitas vezes, impõe-se agir com rigor, severidade, firmeza (ser intolerante). Outras vezes, impõe-se agir contra o rigor, a severidade, a firmeza (ser tolerante). Outras vezes, ainda, impõe-se ser intolerante diante da tolerância que passivamente é condescendente com o mal ou tolerante diante da intolerância que arbitrariamente discrimina, marginaliza, exclui. Como afirma Bobbio, “as boas razões da tolerância não nos devem fazer esquecer que também a intolerância pode ter suas boas razões”³³.

Cabe ao discernimento, também, distinguir entre liberdade de expressão e manifestação de preconceito ou discriminação. Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia e Rafael do Nascimento Luiz oferecem pistas que merecem ser consideradas. Para eles, visto que não existem direitos absolutos – no sentido de inquestionáveis –, “a liberdade de expressão que não reconhece o outro como igual portador dos mesmos direitos não é liberdade de expressão, mas o abuso da mesma, isto é: discurso de ódio”³⁴. Opinião pessoal não pode ser motivo para justificar a intolerância e, conseqüentemente, incentivar o preconceito, a discriminação e o ódio. Impõe-se superar a ditadura do “é a mi-

31. *Idem*, p. 209.

32. *Idem*, p. 211.

33. *Idem*, p. 210.

34. Alexandre G. M. F. BAHIA; Rafael do N. LUIZ, “Tolerância ativa: a opinião, a discriminação e o preconceito”, in *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano* 21 (2015), p. 577.

nha opinião”, sobretudo quando esta é alienada da realidade, do diálogo, do respeito e se constitui em expressão da ignorância, da estupidez e da mediocridade do sujeito.

Norberto Bobbio chama a atenção para uma distinção importante: precisamos distinguir tolerância de crenças e opiniões diversas de tolerância de quem é diverso por motivos físicos ou sociais. A primeira “implica um discurso sobre a verdade e a compatibilidade teórica ou prática de verdades até mesmo contrapostas”; a segunda “põe em primeiro plano o tema do preconceito e da conseqüente discriminação”³⁵. As razões de cada uma dessas formas de tolerância são diversas. Portanto, no primeiro caso, devemos combater a intolerância e, no segundo, a discriminação. Se isso não for claro, podemos errar nas estratégias tanto educativas quanto sociais.

3.2 Desafios para as comunidades cristãs

Assim como não deve ter sido fácil para as primeiras comunidades cristãs a encarnação do ensinamento de Jesus, também nós, inseridos nos mais diversos contextos socioculturais e eclesiais, devemos aprender a duras penas a fazer com que a Sua palavra continue fazendo-se “carne”.

Resulta evidente, sob a ótica cristã, que a tolerância passiva não pode ser atitude assumida por quem segue Jesus. Ao propor a íntima união entre o amor a Deus e o amor ao próximo (Mc 12,28-24), Jesus leva os seus seguidores a compreender que se trata de um único amor com dois componentes. O amor ao próximo – que é a resposta do cristão – é precedido pelo amor de Deus. A consciência do amor de Deus não pode resultar em tolerância passiva, pois é justamente ela que deve criar a disposição interior para amar como Deus ama e não apenas para “aguentar” ou “suportar” o outro por não conseguir evitá-lo. Se, por um lado, a tolerância passiva pode favorecer que o contato ou a proximidade seja “pacífica”, por outro, falta a ela o necessário para que se possa formar uma sociedade verdadeiramente justa.

35. Norberto BOBBIO, *op. cit.*, p. 203.

A tolerância ativa, por sua vez, transcende a mera obrigação da boa e pacífica proximidade e convida à identificação com o outro, sobretudo com quem está exposto à precariedade total. A parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37) é a expressão evangélica que melhor traduz a originalidade da fé cristã. Embora o cristão seja chamado a amar a todos, sem distinção, a grande preocupação do doutor da lei não era com o amor, mas com o nível de abrangência dele. Por isso, Jesus o faz passar da mera obrigação à identificação, justamente com aquele que era estranho ao âmbito da aliança e da lei (próximo, para o judeu, era o membro da aliança, para o qual valia a aplicação e a observância da lei). É somente quebrando a interpretação estrita da lei que a abrangência do amor se universaliza, a ponto de incluir, inclusive, os excluídos das promessas da aliança e, portanto, também da sociedade. A tolerância ativa, por ser respeitosa do outro, contribui para a aceitação da riqueza multifacetada da realidade e permite, assim, construir uma sociedade mais justa e solidária.

A tolerância ativa virtuosa, ainda longe de ser a melhor forma de amar, parece-me ser o primeiro passo na direção de amar como Deus ama, já que se trata de uma forma de amar que não depende de contrapartidas, negociações e consensos. Se, por um lado, ela pressupõe conformação à sensibilidade de Cristo, por outro, ela não necessariamente é expressão do amor-ágape. Mas isso não a faz perder sua relevância para a edificação de uma nova cultura, em que o bem tenha prioridade sobre o mal, uma cultura em que a tolerância seja constitutivamente intolerante a tudo aquilo que ofende, machuca e compromete a dignidade humana e os direitos humanos. Mesmo quando não temos certeza de dever tolerar determinados comportamentos, crenças, políticas e até mesmo pessoas, à luz da prática evangélica, “a rejeição da violência, mesmo diante do mal ou da perseguição, é explícita e absoluta (Mt 5,38-42; Rm 12,17-21)”³⁶.

O discípulo de Jesus precisa ir além da tolerância e assumir a solidariedade e a fraternidade como modo de ser e de viver. Se a tolerância favorece a abertura ao outro, a solidariedade e a fraternidade fazem com que um se sinta responsável pelo outro,

36. Sarah Conrad SOURS, *op. cit.*, p. 787.

se interesse pela sua dignidade, se comprometa com os seus direitos, se deixe interpelar pelas suas necessidades. Em outras palavras, a solidariedade e a fraternidade implicam viver na atitude de transcender-se para o outro³⁷. Häring e Salvoldi, sabedores de que a tolerância – mesmo se virtuosa – não é fácil, sugerem que “o caminho ético da tolerância à solidariedade [ousa acrescentar, aqui, também a fraternidade] implica uma passagem da categoria do dever à do prazer: o dever do bem e o prazer do bem. Do dever de respeitar o direito do próximo a ser o que ele é, a existir, a viver com dignidade segundo a própria cultura e o próprio credo, ao prazer de acolher positiva e alegremente o outro como portador de bem”³⁸. Transcender-se para o outro sendo prazerosamente solidário e fraterno exige uma boa dose de bom humor para que sejamos, até mesmo em relação às pessoas que amamos, virtuosamente tolerantes.

Considerações finais

A tolerância pode, sim, ser uma “virtude da convivência humana”, como afirma Freire. Por isso, ela é uma “qualidade básica a ser forjada por nós e aprendida pela assunção de sua significação ética – a qualidade de conviver com o diferente” [...] é “virtude a ser criada e cultivada por nós enquanto a intolerância é distorção viciosa. Ninguém é virtuosamente intolerante assim como ninguém é viciosamente tolerante”³⁹.

Por isso, vale a pena acreditar na educação como possibilidade de mudança da realidade. A *Declaração de Princípios sobre a Tolerância* propõe indicações muito precisas:

4. Artigo 4º - Educação

4.1 A educação é o meio mais eficaz de prevenir a intolerância. A primeira etapa da educação para a tolerância

37. Para um maior entendimento de tais categorias, ver: José R. JUNGES, *op. cit.*, p. 47-52.

38. Bernard HÄRING; Valentino SALVOLDI, *op. cit.*, p. 111.

39. Paulo FREIRE, *op. cit.*, p. 25-27.

consiste em ensinar aos indivíduos quais são seus direitos e suas liberdades a fim de assegurar seu respeito e de incentivar a vontade de proteger os direitos e liberdades dos outros;

4.2 A educação para a tolerância deve ser considerada como imperativo prioritário; por isso é necessário promover métodos sistemáticos e racionais de ensino da tolerância centrados nas fontes culturais, sociais, econômicas, políticas e religiosas da intolerância, que expressam as causas profundas da violência e da exclusão. As políticas e programas de educação devem contribuir para o desenvolvimento da compreensão, da solidariedade e da tolerância entre os indivíduos, entre os grupos étnicos, sociais, culturais, religiosos, linguísticos e as nações;

4.3 A educação para a tolerância deve visar a contrariar as influências que levam ao medo e à exclusão do outro e deve ajudar os jovens a desenvolver sua capacidade de exercer um juízo autônomo, de realizar uma reflexão crítica e de raciocinar em termos éticos;

4.4 Comprometemo-nos a apoiar e a executar programas de pesquisa em ciências sociais e de educação para a tolerância, para os direitos humanos e para a não-violência. Por conseguinte, torna-se necessário dar atenção especial à melhoria da formação dos docentes, dos programas de ensino, do conteúdo dos manuais e cursos e de outros tipos de material pedagógico, inclusive as novas tecnologias educacionais, a fim de formar cidadãos solidários e responsáveis, abertos a outras culturas, capazes de apreciar o valor da liberdade, respeitadores da dignidade dos seres humanos e de suas diferenças e capazes de prevenir os conflitos ou de resolvê-los por meios não violentos⁴⁰.

A intensificação mundial da intolerância constitui uma ameaça universal⁴¹. Enfrentá-la, embora não seja uma tarefa simples, é uma questão inadiável. Diante dos conflitos violentos pre-

40. DPT, Art. 4°.

41. DPT, Art. 3° , 3.1.

sentes em todo o mundo, faz-se urgente – e moralmente imperativo – educar para a tolerância, que implica a educação para o respeito, o pluralismo, a diversidade, a reflexão crítica. Essas não são meras questões retóricas. É a sobrevivência da espécie humana que está em jogo⁴²!

Hoje, como sempre e talvez mais do que nunca, temos necessidade de tolerância. A prece que Voltaire dirige a Deus expressa bem o seu fundamento e o espírito com o qual devemos assumi-la:

Já não é mais aos homens que me dirijo; é a Ti, Deus de todos os seres, de todos os mundos e de todos os tempos: se é permitido a frágeis criaturas perdidas na imensidade e imperceptíveis ao resto do Universo ousar pedir-Te alguma coisa, a Ti que já lhes deste tudo, a Ti, cujos decretos são tão imutáveis como eternos, digna-Te a olhar com piedade os erros inerentes à nossa natureza; que esses erros não nos tragam calamidades.

Tu que absolutamente não nos deste um coração para que nos odiássemos, nem mãos para que nos matássemos, faz com que nos ajudemos mutuamente a suportar os fardos de uma vida penosa e passageira; que as pequenas diferenças entre as vestes que cobrem nossos débeis corpos, entre todas as nossas linguagens insuficientes, entre todos os nossos costumes ridículos, entre todas as nossas leis imperfeitas, entre todas as nossas opiniões insensatas, entre todas as nossas condições tão desproporcionadas a nossos olhos, porém tão iguais perante os Teus; que todas essas pequenas nuances que distinguem entre si os átomos chamados homens não sejam mais motivos de ódio e de perseguição; que esses que acendem círios à luz do meio-dia para Te celebrar suportem aqueles que se contentam com a luz de Teu sol; que esses que cobrem suas vestes com uma toalha branca para dizer que é preciso Te amar não detestem os que dizem o mesmo quando usam um manto de lã negra; que seja a mesma coisa Te adorar em um jargão derivado

42. Roseli FISCHMANN, *op. cit.*, p. 71.

de uma antiga língua ou em um dialeto mais moderno; que esses cujas vestes são tintas de vermelho ou de roxo e que dominam uma pequena parcela de um pequeno fragmento da lama deste mundo e que possuem alguns fragmentos arredondados de um certo metal gozem sem orgulho daquilo que chamam de grandeza e de riquezas e que sejam contemplados pelos outros sem inveja; pois Tu sabes que nessas vaidades não existe nada a ser invejado, nem nada de que se orgulhar.

Que todos os homens possam recordar que são irmãos! Que encarem com horror toda tirania exercida sobre as almas, assim como sentem execração pelos salteadores que arrebatarem pela força o fruto pacífico do trabalho e da indústria! Se os flagelos da guerra forem inevitáveis, que não nos odiemos, nem nos dilaceremos uns aos outros no seio da paz e empreguemos este instante que é nossa existência a bendizer igualmente em mil línguas diversas, do Sião à Califórnia, Tua bondade que nos deu este instante⁴³.

Referências

- BAHIA, Alexandre G. M. F.; LUIZ, Rafael do N. “Tolerância ativa: a opinião, a discriminação e o preconceito”. In *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano* 21 (2015), Bogotá, p. 569-582.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível..* Petrópolis: Vozes, 2006. (v. II – Convivência, respeito e tolerância).
- DE FRANCO, Raffaella. “Tolleranza”. In RUSSO, Giovanni (A cura di). *Nuova Enciclopedia di Bioetica e Sessuologia*. Torino: Elledici, 2018, p. 2157-2160.
- FISCHMANN, Roseli. “Educação, direitos humanos, tolerância e paz”. In *Paidéia* 11/20 (2001), São Paulo, p. 67-77.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Tolerância*. 3ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.
- HÄRING, Bernhard; SALVOLDI, Valentino. *Tolerância - Por uma ética de solidariedade e de paz*. São Paulo: Paulinas, 1995.

43. VOLTAIRE, *Tratado sobre a tolerância*, 2011, p. 92.

- JUNGES, José Roque. *Evento Cristo e ação humana - Temas fundamentais de ética teológica*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.
- SOURS, Sarah Conrad. “Tolerance”. In GREEN, Joel B. (Gen. Ed.). *Dictionary of Scripture and Ethics*. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2011, p. 786-787.
- UNESCO. *Declaração de princípios sobre a tolerância (online)*, Paris, 1995. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131524>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.
- VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância: por ocasião da morte de Jean Calas [1763] (online)*. Porto Alegre: L&PM, 2011. Disponível em: <<http://cabana-on.com/Ler/wp-content/uploads/2017/08/Voltaire-Tratado-sobre-a-toler%C3%A2ncia.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

Roboética - humanos e máquinas: o futuro da robótica e da inteligência artificial e o que significa ser humano

Mário Marcelo Coelho¹

Resumo: A concepção da dignidade da pessoa criada à imagem de Deus representa um dos elementos qualificantes da proposta antropológico-cristã. Da sacralidade da vida do homem brota também sua inviolabilidade. A maior ameaça contra a dignidade não se reduz simplesmente às técnicas das biotecnologias, mas ao próprio pensamento científico, na intenção de objetivação da vida humana e que não faz justiça ao próprio sujeito. Todas as alterações que visem a produção de seres superiores, ou o pós-humano ou híbridos ou o homo robô, colocam-se no âmbito da eugenia positiva, são um atentado ao respeito devido à dignidade humana, pois ferem o princípio de respeito à identidade e à integridade genética do ser humano em sua natureza.

Palavras-chave: Humano; Roboética; Dignidade da pessoa.

Abstract: The conception of the dignity of the person created in the image of God represents one of the qualifying elements of the Christian anthropolog-

1. Doutor em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana de Roma, mestre em Teologia Prática (Centro Universitário Assunção, São Paulo/SP), mestre em Zootecnia (Universidade Federal de Lavras-MG), professor de Teologia e Bioética da Faculdade Dehoniana de Taubaté/SP. Membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Teologia Moral (SBTM); Presbítero dehoniano.